

## BOLETIM 774

Brasília, 22/23 de Abril de 2019



**CONTRICOM DEFENDE TRATAMENTO DIFERENCIADO DA APOSENTADORIA PARA TRABALHADOR DA CONSTRUÇÃO**  
*No Senado Federal, categorias condenaram “reforma” previdenciária do governo e defenderam mudanças nas regras de aposentadorias*

A CONTRICOM, através de seu secretário de Educação e Cultura, Denilson Pestana, dirigente da categoria no Paraná, defendeu, em Audiência Pública realizada ontem (22), na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, um “tratamento diferenciado para os trabalhadores da construção civil e outras categorias afins” na discussão da reforma da Previdência que ocorre no Congresso Nacional. Denilson representou o presidente Altamiro Perdoná no evento.

Segundo o dirigente sindical, “os trabalhadores da construção e outras categorias afins estão submetidos, permanentemente, a



*Denilson (1º esquerda) compõe a mesa dos trabalhos da audiência presidida pelo senador Paulo Paim*  
 desgastes físicos que comprometem a sua integridade física, apesar de todos avanços tecnológicos que aconteceram no setor, o que acaba forçando uma aposentadoria precoce”.

Denilson citou o exemplo da atividade que envolve o manuseio do saco de cimento, hoje ainda limitado a 50 kg: “os trabalhadores submetidos a essa situação, invariavelmente, tem problemas sérios de coluna, o que compromete a sua atividade laboral”. O sindicalista recorreu a dados estatísticos divulgados recentemente pelo Sinduscon-SP que revelam o número elevado de trabalhadores da categoria afastados de sua atividade profissional em razão de problemas de saúde.

Para ele, o projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim, que trata da aposentadoria diferenciada para os trabalhadores da construção deveria ser incorporado à reforma da Previdência: “não se trata de nenhum privilégio e sim um direito em razão das características de nossa profissão”, argumentou. Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) 228, de 2011, que foi desarquivado este ano e aguarda a indicação de relator na CCI do Senado.

O secretário de Finanças da CONTRICOM, presente ao evento, reforçou a argumentação de Denilson destacando fatores como o desemprego e alta rotatividade como agravantes da situação em que se encontram os trabalhadores do setor. “Todos



## **Aroldo Garcia também representou a CONTRICOM na audiência no Senado Federal**

esses elementos tem que ser considerados na defesa que fazemos de um tratamento diferenciado para trabalhadores que, de modo geral, começam a trabalhar muito cedo e, com as regras propostas, dificilmente conseguirão se aposentar”, sentenciou.

**CRÍTICAS** - Mudanças nas regras das aposentadorias especiais, previstas na reforma da Previdência Social em análise no Congresso, foram criticadas por representantes de trabalhadores que participaram de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta segunda-feira (22). O ciclo de debates sobre a PEC 6/2019 atende a requerimento do presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS).

Além da CONTRICOM, representando os trabalhadores da construção e do mobiliário, participaram da audiência representantes das seguintes categorias: vigilantes e prestadores de serviço, agentes de segurança do Poder Judiciário da União, oficiais de justiça, entre outros. O governo foi representado na reunião por Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro, assessor da Secretaria de Previdência do governo federal. O senador Styvenson Valentim (Pode-RN) também participou dos debates.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM, com informações da Agência SENADO*

## **CCJ da Câmara retoma hoje análise da reforma da Previdência**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados pode votar nesta tarde a proposta do Executivo para reforma da Previdência (PEC 6/19).

A fase de discussão do texto já foi encerrada. Na semana passada, os deputados tentaram votar a proposta, mas a reunião acabou suspensa depois que o relator, deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), disse que ia se reunir com parlamentares e líderes partidários para analisar eventuais mudanças em seu parecer. Foram apresentados 13 votos em separado, em contraponto ao parecer apresentado no último dia 9, recomendando a aprovação da proposta.

**Impasses** - Vários integrantes da CCJ contestam o parecer e questionam pontos da reforma que podem ser considerados inconstitucionais ou então estão desvinculados da Previdência Social – como o fim do abono salarial para quem ganha mais de um salário mínimo e o fim da multa de 40% do FGTS para quem se aposenta e continua no emprego.

**Dados** - Pelo Twitter, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, informou que, apesar de a CCJ ser apenas uma comissão de admissibilidade, ele conversou com o Secretário Especial de Previdência, Rogério Marinho, para que ele apresente nesta quinta-feira (25) os números que embasam a proposta antes da instalação da comissão especial, que analisará o mérito da reforma.

A reunião da CCJ será realizada no plenário 1 a partir das 14h30.

*Fonte: Agência Câmara*



## Governo Bolsonaro censura informações sobre 'reforma'

Reportagem do jornal Folha de S. Paulo deste domingo mostra que o governo de Jair Bolsonaro omite informações que justificariam a "reforma" da Previdência. O Ministério da Economia impôs sigilo em relação a estudos e pareceres técnicos que embasariam a Proposta de Emenda à Constituição 6/2019, a PEC da Previdência.

Isso significa que o cidadão não pode ter acesso às estatísticas e dados que sustentam o texto em tramitação na Câmara dos Deputados. O jornal afirmou ter tomado conhecimento da situação ao formular um pedido com base na Lei de Acesso à Informação.

"O governo quer mudar as regras da aposentadoria de todos os brasileiros, mas proíbe a população de ter acesso aos dados que fundamentam a proposta. Atitude vergonhosa, que prova que o governo tem muito a esconder. É inaceitável que se vote a reforma da Previdência antes que abram os números", aponta o deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ).

Também pela rede social, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) contestou a decisão. "Bolsonaro e Guedes têm medo de que? A decisão só mostra o autoritarismo do governo. Mostrem os dados e provem para população que a reforma da previdência trará benefícios a ela. Provem que a reforma não beneficiará apenas os bancos!", postou.

"O governo vem impedindo o acesso à informação pública. Já proibiu jornalistas em coletivas, retirou dados da web e atacou credibilidade do IBGE. Agora, se recusa a apresentar estudos sobre essa reforma da Previdência. Mais um ataque à democracia e o combate à corrupção", disse o deputado Edmilson Rodrigues (Psol-PA).

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## Governo diz que só vai suspender sigilo na quinta. Oposição rebate

O secretário especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, disse que vai levantar o sigilo e apresentar os dados sobre os documentos, pareceres e estudos que embasam a proposta da reforma somente na quinta-feira (25).

A informação foi dada a líderes de partidos da Câmara. Segundo parlamentares, Marinho se comprometeu a fazer a apresentação após a votação da reforma na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), prevista para ser realizada nesta terça (23).

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), confirmou a informação em sua página nas redes sociais. "A CCJ é uma comissão apenas de admissibilidade. Conversei com o Secretário Especial de Previdência, Rogério Marinho, e ele vai apresentar nesta quinta-feira, 25, os números que embasam a proposta antes da instalação da comissão especial", defendeu Maia.

A oposição rebate o argumento de Maia e do governo. O deputado federal Aiel Machado (PSB-PR) entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a suspensão imediata do debate da reforma da Previdência.

Já a líder do governo no Congresso Nacional, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), afirmou nesta segunda-feira (22) que estão sendo negociadas alterações no texto da reforma da Previdência ainda na CCJ da Câmara. Ela evitou adiantar quais pontos serão mexidos na proposta, cuja votação na comissão está marcada para hoje (23).

"Se for preciso dar um pequeno passo para trás, para dar 10 passos à frente, é muito mais inteligente fazer essa negociação", afirmou ao chegar ao Palácio do Planalto para se reunir com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

## Comissão vai discutir MP de combate a irregularidades

Em reunião marcada para a próxima quinta-feira (25), a comissão mista que analisa a Medida Provisória 871/2019, que visa combater as irregularidades em benefícios previdenciários, vai realizar um debate para ajudar na elaboração do parecer sobre o texto editado pelo governo federal. O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) é o presidente da comissão e o relator é o deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR).

Foram convidados para participar da reunião, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, e o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Renato Vieira, além de representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariados Rurais (Contar).

A MP 871/2019 institui o programa especial para análise de benefícios com indícios de irregularidade, o programa de revisão de benefícios por incapacidade, o bônus de desempenho institucional por análise de benefícios com indícios de irregularidade do monitoramento operacional de benefícios e o bônus de desempenho institucional por perícia médica em benefícios por incapacidade.

O texto também renomeia o cargo de perito médico previdenciário para perito médico federal, estabelece as hipóteses em que um processo deve ser considerado com indícios de irregularidade e determina a integração, ao quadro de pessoal do Ministério da Economia, dos cargos de perito médico federal, perito médico da Previdência Social e supervisor médico-pericial.

*Fonte: Agência Senado*



## Comissão que acompanha reforma ouvirá especialistas sobre 11 temas

Os integrantes da comissão especial de acompanhamento da reforma da Previdência (PEC 06/2019) ouvirão especialistas sobre 11 temas. Entre eles, as contas do INSS, a Previdência rural e dos militares, o Benefício de Prestação Continuada e as regras de transição. Segundo o relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), serão convidados técnicos contra e a favor da reforma. Já o presidente da comissão, senador Otto Alencar (PSD-BA), afirmou que o Senado não vai atropelar os deputados, que, de fato, discutem e votam a proposta num primeiro momento.

*Fonte: Agência Senado*



## STF marca julgamento da MP 873/19 para o dia 23/5

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) julgará daqui a um mês, em 23 de maio, as ações que questionam a Medida Provisória sobre contribuições sindicais (MP 873), de acordo com informação do site Consultor Jurídico. Pela MP, são vedados descontos em folha de pagamento e aprovação de contribuição em assembleia. O governo quer que o desconto só ocorria via boleto bancário e após autorização individual do trabalhador.

A MP foi prorrogada por 60 dias, conforme ato do presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) publicado na edição desta sexta-feira (18) do Diário Oficial da União. Sindicalistas chegaram a se reunir com Alcolumbre e também com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para pedir o arquivamento da medida.

O governo baixou a MP em plena sexta-feira de carnaval, em 1º de março, em ação interpretado como uma tentativa de "asfixiar" financeiramente as entidades sindicais.

Várias obtiveram liminares judiciais garantindo o direito de desconto. Ao mesmo tempo, o STF passou a receber várias ações diretas de inconstitucionalidade da medida, entre as quais da CONTRICOM, da OAB e outras entidades laborais nacionais.

O relator das ações, ministro Luiz Fux, remeteu a análise para o plenário, considerando "a repercussão jurídica e institucional da controvérsia".

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## Maioria dos setores da indústria opera com ociosidade acima da média

De 15 segmentos que compõem a indústria de transformação, no Brasil, 12 operam com capacidade de produção abaixo da média histórica no primeiro trimestre de 2019. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV, apenas os setores farmacêutico e de papel e celulose estão com níveis elevados de utilização da capacidade instalada, enquanto a indústria do vestuário manteve-se na média. Nos demais, a ociosidade é considerada alarmante.

Para todo o setor, o nível de utilização registrado pelo levantamento do jornal O Estado de S. Paulo foi de 74,6%, enquanto a média histórica é de 81%. Com níveis elevados de ociosidade, os setores da indústria atrasam planos de investimento, dificultando a geração de emprego.

Utilizando apenas 63,8% da capacidade instalada, o segmento de máquinas é o que opera com o maior nível de ociosidade, bem abaixo da média histórica, que é de 79,8%. Com 77,8% de utilização, a metalurgia também ficou 10,5 pontos abaixo da média histórica, de 86,3%. A indústria automobilística é outro destaque negativo, operando com 71,4% da capacidade, enquanto historicamente utiliza 80,1%. Já a indústria química utilizou 74,4%, abaixo da média histórica, de 80,4%.

Puxado pelas exportações, o setor de papel e celulose operou com 91,2% da capacidade, pouco acima da média, que é de 90,5%. Já o setor farmacêutico ficou com 81,8%, acima dos 76,9% da média do setor. Vestuário ficou com 89,4%, levemente acima da média histórica, de 88,2%.

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## TST mantém nulidade de norma que dava preferência à contratação de sindicalizados

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho confirmou a nulidade da cláusula de convenção coletiva que estabelecia preferência de contratação para empregados sindicalizados. Segundo o entendimento da seção, a norma representa “claro estímulo à sindicalização forçada da categoria”.

**Preferência** - A cláusula 14ª da Convenção Coletiva de Trabalho de 2015/2016 firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e Afins do Estado do Pará (Sintrapa/Tucuruí) e o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará estabelecia que, ao fazer recrutamento e seleção de profissionais, as empresas dariam preferência ao trabalhador sindicalizado, encaminhado através das agências de colocação mantidas pelas entidades sindicais.

O TRT da 8ª Região (PA/AP) julgou procedente a ação anulatória proposta pelo Ministério Público do Trabalho. No recurso ordinário, o Sintrapa argumentou que a cláusula tinha o intuito de proteger e fomentar o emprego, principalmente entre seu quadro de associados, e que, por não ter efeito econômico, não gerou prejuízo aos trabalhadores.

**Liberdade individual** - Para o relator do recurso, ministro Mauricio Godinho Delgado, a norma coletiva colocaria em confronto a liberdade individual do trabalhador de vinculação ou desvinculação ao sindicato profissional. “Há sistemáticas de incentivos à sindicalização que são controvertidas no que tange à sua compatibilidade com o princípio da liberdade sindical”, afirmou.



Na sua avaliação, a cláusula “estimula a preferência na contratação de trabalhadores filiados aos sindicatos em detrimento aos não filiados, em claro estímulo à sindicalização forçada da categoria”. Esse entendimento foi consolidado na Orientação Jurisprudencial 20 da SDC, segundo a qual o instrumento normativo que estabelece a preferência do trabalhador sindicalizado sobre os demais viola o artigo 8º, inciso V, da Constituição da República, que estabelece que “ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato”. O ministro citou ainda precedentes da SDC, alguns deles envolvendo o Sintrapa, acerca da matéria.

**Transação de direitos** - No mesmo julgamento, a SDC manteve ainda a nulidade de mais duas cláusulas da convenção coletiva, com o entendimento de que violavam direitos definidos na Constituição. A cláusula 21ª permitia a conversão em dinheiro dos períodos de estabilidade assegurados à gestante e ao empregado reabilitado e fixava o salário do readaptado teria como parâmetro o valor inicial da nova função a ser exercida, condição que poderia levar à redução salarial.

Segundo o ministro Godinho Delgado, a garantia do emprego nessa situação está amparada em toda a normatização constitucional voltada para a proteção da maternidade, da família, da criança e do adolescente e em todos os demais dispositivos dirigidos à proteção da saúde pública.

**(Processo: RO-162-89.2016.5.08.0000)**

Fonte: TST



## OAB e ABRAT anunciam luta por direitos sociais e Justiça do Trabalho

O vice-presidente nacional da OAB, Luiz Viana (foto), representando o presidente nacional, Felipe Santa Cruz, garantiu que o Conselho Federal da Ordem vai apoiar os pleitos e dar suporte às ações realizadas pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT) em defesa de Direitos Sociais e da Justiça do Trabalho.

Em evento do colégio de presidentes das associações regionais da ABRAT, Luiz Viana lembrou que a reforma trabalhista, da maneira como foi feita, e a ameaça de extinção da Justiça do Trabalho atingem não só os advogados da área trabalhista, mas sim toda a cidadania, por isso a OAB Nacional vai apoiar a defesa dos Direitos Sociais.

“O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil estará de mãos dadas, abraçado com a ABRAT no debate desses temas que são tão relevantes para toda a sociedade brasileira. O presidente Felipe Santa Cruz tem história de dedicação a essas causas, tem origem na advocacia trabalhista, e apoia as demandas”, lembrou o vice-presidente da OAB Nacional.

O presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais da OAB, Antônio Fabrício, que também foi presidente da ABRAT, prestou apoio aos pleitos dos advogados trabalhistas e garantiu o apoio da Ordem sempre nas pautas em defesa dos Direitos Sociais.

*Fonte: Portal Vermelho*

## Mínimo: mudança pode afetar Previdência

Deputados e senadores não aprovaram a proposta do governo de corrigir o salário mínimo apenas com a inflação a partir de 2020. Os parlamentares argumentaram que a proposta pode afetar a tramitação da PEC da reforma da Previdência no Congresso. Na prática, o governo, ao interromper a política de valorização e atualização do piso nacional, congela o salário mínimo.

A medida que corta a possibilidade de ganhos reais a quem recebe o salário mínimo não deve ser aprovada na Câmara ou no Senado, de acordo com os parlamentares. Eles ainda avaliam que a questão dificulta o ambiente para a aprovação da Previdência porque mexe diretamente com pontos polêmicos como a aposentadoria rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A regra venceu no início deste ano e parlamentares criticaram o argumento de Bolsonaro. O governo propôs salário mínimo de R\$ 1.040 para 2020. A informação está contida no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano.

*Fonte: DIAP*

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLDO PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**